



EDOS



A viagem de D. Pedro e as alianças externas de Portugal no início do século XV

Douglas Mota Xavier de Lima¹

Como consequência da aliança dinástica com Castela estabelecida durante o reinado de D. Fernando (1367-1383), o trono lusitano esteve prestes a ser anexado à coroa castelhana após a morte do rei português em 1383. Escolhido ‘regedor e defensor do reino’ em dezembro do mesmo ano, o Mestre de Avis, filho ilegítimo do rei D. Pedro, foi eleito nas Cortes de Coimbra (1385) rei de Portugal. Sob a épica batalha de Aljubarrota, funda-se uma nova dinastia, a culta e expansionista dinastia de Avis². Todavia, a vitória alcançada não purgou a alcunha de ilegitimidade, nem solucionou instantaneamente os problemas internos. A ascensão de D. João I coincide com a necessidade de afirmação da legitimidade dinástica, fazendo com que esta se articulasse interna e externamente criando novas bases de apoio, numa conjuntura difícil e marcada por problemas diversos – permanência das guerras com Castela, descontentamento de parte da nobreza que apoiara a revolução, entre outros³. Sobre a política externa portuguesa do período, Virgínia Rau afirma que:

Tanto D. João I como D. Duarte e, em particular, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, haviam forjado, pacientemente, por tratados de aliança, por casamentos e viagens, as ligações necessárias para aliviar Portugal da predominância do binômio político Castela-Aragão que, até finais do século XIV, dominara quase toda a diplomacia portuguesa.⁴

A partir desta consideração, a ação de D. Pedro para a construção e a consolidação das alianças externas de Portugal é redimensionada, e a própria viagem é realçada como um importante instrumento político. Seguindo as instigantes indicações de Jorge Borges de Macedo, nota-se a existência de pelo menos uma ‘dualidade’ na política externa do período

joanino⁵: uma que se estabelece nas relações com o mar do norte e o mediterrâneo; e outra, que preza pela interferência militar no norte da África. Assim, a viagem apresenta-se como *uma* vertente da política externa portuguesa na primeira metade do século XV, e por coexistir com outras orientações políticas, envolve disputas entre grupos com interesses distintos.

A observação atenta às escalas da viagem permite notar que os locais visitados não foram escolhidos aleatoriamente, e nem simplesmente por ímpetos pessoais – como suscitam certos autores⁶. As paragens envolveram redes de parentesco existentes, e outras que anos depois foram estabelecidas – respectivamente, a aliança inglesa, e a aliança com a Borgonha que se constituiu em 1430 com o casamento da infanta D. Isabel com Filipe, o Bom –, possibilitou a criação de novas redes de solidariedade – estabelecendo vínculos políticos com o Império, o Papado, e com as demais localidades em que passou – e, ao assumir casamento com a filha do duque de Urgel, D. Isabel de Aragão, ampliou a relação de Portugal com este reino.

D. Pedro ao deslocar-se por tais locais, criava, renovava, consolidava as alianças externas portuguesas através de redes de solidariedade diversas, tais como o parentesco. O infante correspondia plenamente, e até ultrapassava o modelo do embaixador do período, visto que além de nobre e versado em latim, atuava diretamente na administração régia⁷.

A primeira região visitada pelo Infante abarca a Inglaterra. Em Londres, D. Pedro atuou no apaziguamento de um confronto entre a nobreza, recebendo a Ordem de Jarreteira⁸. Jennifer Geouge considera que a aliança entre Portugal e o reino inglês teve flutuações entre a assinatura do Tratado de Windsor (1386) e os anos da viagem⁹, sendo o início do reinado de Henrique VI (1422-61) marcado pela retomada das dificuldades no comércio anglo-português¹⁰. Tal consideração lança o problema de saber se a estadia de D. Pedro na Inglaterra incidiu sobre as relações comerciais e políticas entre os reinos.

A passagem pela região de Flandres¹¹ foi marcada pela ampliação das relações político-econômicas entre Portugal e o ducado da Borgonha – a qual tinha em Bruges uma das mais prósperas cidades da Liga Hanseática. Tal aproximação também favorecia a articulação política do ducado no contexto da Guerra dos Cem Anos, permitindo que este se aproximasse da dinastia Lencastre da Inglaterra¹². Em relação à aliança política com a Borgonha, Oliveira Marques ressalta que esta se desenvolvia de forma longa e intensa, mas que o período áureo desta relação se deu entre a viagem de D. Pedro para tal local – e o posterior casamento de D. Isabel com Filipe, o Bom – até a morte do Infante em Alfarrobeira (1449)¹³. Cabe ainda

lembrar que D. Isabel, Duquesa da Borgonha, teve, tanto quanto seus irmãos, uma participação ativa nas relações políticas da Cristandade do século XV, sendo de grande importância sua ação no acolhimento dos filhos do infante após Alfarrobeira.

Ainda segundo Oliveira Marques, a relação de Portugal com o Império também passou pela atuação de D. Pedro em sua viagem, e o autor chega a suscitar que a negociação em prol do casamento de D. Leonor com o Imperador Frederico pode ter contado com a ação do infante¹⁴. A estadia de D. Pedro teve diversas repercussões, como as que proclamavam que ele foi capitão de 70.000 cavaleiros nos combates contra os turcos, atribuindo-lhe a vitória e a trégua contra o inimigo¹⁵, ampliando e reforçando a imagem do Infante e do reino nas diversas cortes que tais rumores chegaram.

Deixando a presença do Imperador o Infante dirige-se para Treviso onde assume como marquês, deixando em seu lugar um representante. A Marca de Treviso consistia em uma zona de litígio entre o Império e Veneza, sendo os últimos os senhores de fato do local. O Duque de Coimbra não retornou à Marca, no entanto não deixou de reivindicá-la ainda em 1445. Tem-se que a ação do príncipe português nesse assunto foi pautada pela diplomacia, tentando não colocar-se em oposição a nenhum dos interesses em jogo¹⁶. Confirma-se desta forma que o senhorio de Treviso não teve um grande poder de atração para incentivar o impulso pela viagem.

Ao sair da Marca partiu para a Península Itálica, visitando diferentes cidades. A passagem por Veneza é descrita pelo cronista Antonio Morosini:

Naquela época desse referido ano, [março de 1428] o nobre Messer Marco D'Andolo de San Moisé, nosso embaixador junto ao Rei da Hungria, comunicou numa carta de Buda, que tinha partido daquela cidade o filho do Rei legítimo de Portugal, de nome Dom Pedro. (...).O dito Senhor Dom Pedro, que havia cerca de três anos ausentara de Portugal, deixando o Rei d'Hungria, com 40 cavaleiros chegou a Itália, acolhido com grandes honras por toda a terra e lugares da Senhoria Ducal. (...) Julga-se que partirá de Veneza, o mais tardar na segunda-feira 12 d'abril de 1428, e depois regressará ao país do rei seu pai.¹⁷

A passagem do Duque de Coimbra por Roma terá aspectos que ultrapassam os costumeiros objetivos peregrinatórios. A estadia junto ao papa Martinho V teve entre suas finalidades o pedido de unção e imposição aos monarcas portugueses da coroa ou diadema régio por autoridade pontifícia, com as solenidades usadas em outros reinos, o qual será deferido na bula *Venit ad praesentiam nostram* de 16 de maio de 1429¹⁸. Mesmo sem indícios de que a unção foi utilizada pelo rei português, fica de forma indiscutível o interesse da Coroa portuguesa no sentido de obter do papado tal privilégio, atuando nesta negociação

pessoalmente o infante D. Pedro. A bula papal tem a importância de explicitar que o Infante esteve com o papa para tratar de um assunto concernente à Coroa, permitindo-nos supor que a passagem por Roma era prevista anteriormente, e minimamente fora discutida entre a família real.

Iniciando o caminho de retorno para Portugal, embarca na cidade de Livorno rumo a Península Ibérica. O rei de Aragão, D. Afonso V, é quem mais deixou vestígios da passagem do Infante, seja através de salvo-condutos ou de relatórios de despesas com festas para o príncipe português. Tem-se com isso que D. Pedro permanece em Aragão entre julho e agosto de 1428, com liberdade para passar por Valencia, Barcelona e toda a Catalunha, e ordens explícitas para que fosse tratado de forma honrosa em todos os locais que chegasse¹⁹.

É na passagem por Aragão que D. Pedro inicia as negociações para a escolha de sua esposa – inicialmente não especificando ninguém em especial, somente citando que deveria ser escolhida uma nobre donzela do reino. A donzela escolhida para o enlace é Isabel de Urgel, filha do candidato derrotado a coroa aragonesa, o então preso Conde de Urgel²⁰. Tal decisão é vista pela historiografia, ora para afirmar a liberdade de escolha de D. Pedro em escolher sua esposa, ora para ressaltar um dos elementos do embate entre o Infante e os demais membros da coroa portuguesa, em especial em relação a D. João. O tema do casamento do infante está relacionado diretamente com as escolhas políticas portuguesas no contexto peninsular no século XV. No entanto, não fica claro preliminarmente que o casamento de D. Pedro com a filha do candidato derrotado à coroa aragonesa tenha influenciado de maneira negativa as relações com Aragão²¹.

Os últimos momentos de D. Pedro fora do reino de Portugal se dão nas visitas ao rei de Castela e de Navarra. O Infante encontra-se com o rei de Castela em Aranda e com o rei de Navarra em Peñafiel, passagem essa que é marcada num documento de 23 de agosto de 1428, o qual cita que o Duque de Coimbra regressava de uma viagem pela Alemanha, Hungria, Inglaterra e outras partes, ressaltando que deveria ter o direito de pouso com alimentação em todos os lugares que passasse²².

D. Pedro, que ficava conhecido como o Infante das “Sete Partidas”, regressa para Portugal ainda em 1428, indo diretamente às terras de Coimbra para presenciar o casamento de seu irmão D. Duarte com Leonor de Aragão. Finalizava-se assim, a sua viagem pela Cristandade, e se criavam também os elementos para a construção posterior de seu mito como viajante às longínquas terras do Preste João e às imediações do Paraíso Terrestre.

Após demarcar a viagem, voltemos para a política externa portuguesa. Na década de 30 tem-se que a orientação joanina para a África não descartava e nem demonstrava desinteresse com o norte da Europa, antes, as ações régias visavam ampliar a influência portuguesa nesta região²³. A política matrimonial traçada por D. João aproximou o reino português da Inglaterra, e casando D. Isabel na Borgonha, ampliou as relações comerciais com tal área; com Aragão, estabeleceu uma aliança que alçou Portugal como mediador das disputas políticas ibéricas além de reforçar a presença comercial no Mediterrâneo²⁴.

Todavia, ainda em vida do Mestre de Avis, inicia-se uma discussão aprofundada acerca da possibilidade do alargamento da área africana através de uma nova investida bélica²⁵. A aclamação de D. Duarte acelera os arranjos em prol das opções expansionistas. São expressivas as posições do infante D. João, do conde de Barcelos e do conde de Ourém ainda em 1433 sobre a guerra em África²⁶. Frente a tais debates, o ano de 1436, com a campanha de Tânger, marcará a vitória da política belicosa, da qual o voto de D. Henrique é expressivo²⁷. Por sua vez, o conselho de D. Pedro para D. Duarte bem elucida a inevitabilidade e a limitação das margens de atuação para o infante em tal assunto²⁸.

O desenrolar dos fatos é sabido. O desastre de Tânger (1437) teve duras repercussões em Portugal. Dele projeta-se uma reorientação na política externa. Os momentos imediatos à derrota trarão o dilema sobre o destino de Ceuta, visto que o infante D. Fernando permanecia cativo em África. Godinho considera que nas cortes de Leiria (1438) estavam presentes três correntes: 1) D. Pedro e D. João e a maioria das cidades e vilas, defenderam pela entrega de Ceuta em troca da liberdade de D. Fernando; 2) mais numerosa, contava com o arcebispo de Braga e o conde de Arraiolos, defendia a não entrega de Ceuta; 3) defendia o prolongamento das negociações, tentando tirar o infante do cativeiro, e não excluindo uma intervenção militar – apoiavam esta, a maior parte dos principais, as cidades de Lisboa e Porto e algumas vilas do Algarve²⁹.

A morte de D. Duarte em setembro de 1438 incrementa a instabilidade política no reino. A abertura de seu testamento e a exposição do desejo régio de D. Leonor, rainha viúva e irmã dos infantes de Aragão, assumir a regência de Portugal, colocava em cheque a autonomia conseguida desde a batalha de Aljubarrota e os posteriores tratados de Paz. O

processo que leva D. Pedro a assumir a regência (outubro de 1439) com um golpe contou com o ativo envolvimento dos infantes D. João e D. Henrique³⁰.

A regência (1439-1448) marca o fortalecimento da política externa que prezava pela ação na península ibérica, no mediterrâneo e pela reorientação da expansão em África³¹. Numa conjuntura difícil envolta em problemas internos, e frente às disputas em Aragão e Castela, D. Pedro implementará uma intervenção incisiva em Castela apoiando o condestável Álvaro de Luna contra as pretensões hegemônicas dos infantes de Aragão. As ações do período regencial colocaram em choque os partidários de D. Pedro e a nobreza tradicional. Por sua vez, o aparelho fiscal montado para o conflito com Aragão teve como consequência o afastamento das cidades que o apoiaram em 1439. Isolado e enfraquecido, o duque de Coimbra viu seus partidários serem perseguidos pelo rei D. Afonso V, e na batalha de Alfarrobeira esvair-se sua vida.

Rui de Pina elabora uma longa descrição do processo da Batalha e oferece informações sobre suas repercussões. Morto, o corpo do infante ficou descoberto no campo à vista de todos e ao alcance de homens vis, permanecendo nesse estado aviltante por três dias³². Ressaltando as virtudes do falecido, o cronista critica as intrigas da nobreza, especialmente do Duque de Bragança, enfatizando as indignações externas com as atitudes de D. Afonso V:

El-Rei por escusa e justificação de sua morte [D. Pedro] enviou por seus messegeiros ao Papa e alguns Príncipes christãos, cujas respostas não vieram conformes a sua tenção, antes todos sem exceção, com apontamentos de muitos louvores e grandes merecimentos do Infante, enviaram acerca de sua morte muito reprender El-Rei, avisando principalmente as paixões particulares e enganos dos de seu conselho, e escusando em alguma maneira sua pouca e não madura idade, pois tinha razão de se reger e governar por eles.³³

Rui de Pina termina a menção de tais reverberações, pontuando a embaixada vinda da Borgonha, a qual, incisiva nas críticas ao rei português, pleiteava a restituição das honras e fazendas dos descendentes de D. Pedro.

Os anos seguintes mostram a nova alternância nos rumos da política externa portuguesa. O reinado de D. Afonso V, que será conhecido pelo epíteto de *Africano* marca o retorno da ação bélica no norte da África. Em vista da desestabilização das alianças externas por causa de Alfarrobeira, a realeza buscará rearticular-se com diversas medidas: a ação em África; a intensificação do apoio ao papado, principalmente nos intuitos de uma cruzada

contra os turcos que tomaram Bizâncio em 1453; o casamento de D. Leonor com o Imperador; e mesmo através do culto ao infante Santo.³⁴

*

Visou-se com este artigo pontuar um tema pouco explorado pela historiografia até então: o papel político da viagem do infante D. Pedro e as alianças externas portuguesas na primeira metade do século XV. Os locais de paragens, assim como as motivações para o deslocamento, apontam para eixos da política externa joanina no período. No entanto, ainda durante o reinado de D. João, a orientação para o norte da Europa e o mediterrâneo passou a disputar espaço com as pretensões da continuidade da ação militar no norte da África. Se a campanha de Tânger e a Regência representam momentos com orientações distintas acerca da política externa, o desfecho de Alfarrobeira demonstra o peso das alianças estabelecidas pelo Duque de Coimbra. A viagem foi capaz de reforçar e criar redes de solidariedades diversas que tanto favoreceram política e economicamente o reino, quanto foram importantes para defender a memória do infante. Tal fato elucida o peso das relações pessoais no estabelecimento das relações diplomáticas do reino português. Espero, quiçá, com essas breves palavras acrescentar novas indagações sobre a tão louvada viagem do Infante das “Sete Partidas”.

Referências Bibliográficas

BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo ocidental (1385-1466)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

COELHO, Maria Helena da Cruz. O final da Idade Média. In: José TENGARRINHA (org.) *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC/Editora da UNESP/Instituto Camões, 2001

GEOUGE, Jennifer C. Comércio anglo-português durante o reinado de D. João I (1385-1433). In: María BULLÓN-FERNÁNDEZ. *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média. Séc. XII-XV*. Intercâmbios culturais, Literários e Políticos. Publicações Europa-América, 2008, p.129-134.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Portugal: a emergência de uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri, 2004

GONÇALVES, Julio. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987

MARQUES, Alfredo Pinheiro. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva

MARQUES, H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986

MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2v, 1979

_____. *Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média*. In: Revista da Faculdade de Letras. História, Porto, 2ª série, 4, 1987

PINA, Ruy de. *Chronica d’El Rey D.Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, Capítulo XIX.

RAU, Virgínia. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. [1415-1495]*. Lisboa: Verbo, 1979, Vol. II

¹ Mestrando do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Profª Drª Vânia Leite Fróes. Pesquisador do Scriptorium – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos.

² Maria Helena da Cruz COELHO. O final da Idade Média. In: José TENGARRINHA (org.) *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC/Editora da UNESP/Instituto Camões, 2001, p.43.

³ A. H. de Oliveira MARQUES. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p. 21, 30; Humberto Carlos Baquero MORENO. *Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média*. In: Revista da Faculdade de Letras. História, Porto, 2ª série, 4, 1987, p. 105-106.

⁴ Virgínia RAU. *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p. 66.

⁵ Jorge Borges de MACEDO. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987, p. 46.

⁶ Joaquim Veríssimo SERRÃO. *História de Portugal. [1415-1495]*. Lisboa: Verbo, 1979, Vol. II, p. 34.

⁷ Miguel Angel LADERO QUESADA. Guerra y Paz: teoria y práctica en Europa occidental. 1280-1480. in: *Guerra y Diplomacia en La Europa Occidental. 1280-1480. Actas de la XXXI Semana de Estudios Medievales de Estella*. Pamplona: Fondo de publicaciones del Gobierno de Navarra, 2004, p.62. O autor destaca a frequente utilização de membros da família real à frente das missões diplomáticas do período.

⁸ Alfredo Pinheiro MARQUES. *Vida e Obra do Infante D. Pedro*. Lisboa: Gradiva, p. 10.

⁹ Jennifer C GEOUGE. Comércio anglo-português durante o reinado de D. João I (1385-1433). In: María BULLÓN-FERNÁNDEZ. *A Inglaterra e a Península Ibérica na Idade Média. Séc. XII-XV. Intercâmbios culturais, Literários e Políticos*. Publicações Europa-América, 2008, p.129-134.

¹⁰ *Ibidem*, p.134.

- ¹¹ Tal passagem ficou marcada pela célebre *Carta de Bruges*, na qual D. Pedro expõe as impressões externas da ação régia no norte da África. SÁ, Artur Moreira de. *A “Carta de Bruges” do Infante D. Pedro*. Separata de *Biblos*, Vol. XXVIII, Coimbra, 1952.
- ¹² Jennifer C GEOUGE. *Op.cit.*, p.135.
- ¹³ A. H. de Oliveira MARQUES. *Op.Cit*, p. 320.
- ¹⁴ A. H. de Oliveira MARQUES. *Op.Cit*, p. 322.
- ¹⁵ *Monumenta Henricina*. Coimbra, 1961, Vol. III, doc. 83, p. 169. Carta de 3 de outubro de 1427.
- ¹⁶ Alfredo Pinheiro MARQUES. *Op.Cit*. p. 11.
- ¹⁷ Júlio GONÇALVES. *O infante D. Pedro, as “Sete Partidas” e a Gênese dos Descobrimentos*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 218-223.
- ¹⁸ MH. Volume III, doc.102, p. 212. 16 de maio de 1429.
- ¹⁹ MH. Volume III, docs. 106, 107 e 108, p. 218-222. Cartas de 6, 9 e 10 de julho respectivamente.
- ²⁰ MH. Volume III, p.228-233, 239-253, 291-300.
- ²¹ MH. Volume III, p.306-316; Volume IV, p.138-143, 162-168.
- ²² MH. Volume III, docs. 117 e 118, p. 236-238.
- ²³ Borges de MACEDO. *Op.Cit*. p.44-45.
- ²⁴ MH. Volumes: III e IV. Sobre as relações comerciais portuguesas no mediterrâneo ocidental durante o reinado de D. João I, ver: BARATA, Filipe Themudo. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental. (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ²⁵ Vitorino Magalhães GODINHO. *Portugal: a emergência de uma Nação*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p.56.
- ²⁶ MH. Volume IV, pg. 111-137.
- ²⁷ DOM DUARTE. *Livro dos Conselhos Del-Rey D. Duarte. (Livro da Cartuxa)*. Lisboa: Estampa, 1982, doc.20, p.116-120. “E de uontade de seruyr a deus e deseJo d onrra e de non temer se consegue detrimjnção de executar e a execução deus nosso senhor sera sua aJuda. // E porem senhor pois tendes esperança d aJuda de deus non aues que temer e asy concludo que a guerra he Justa pois seruiço de deus he, e direita pois de uosa conquista he”. p.120.
- ²⁸ Ruy de PINA. *Chronica d’El Rey D.Duarte*. Edição Biblioteca Lusitana. Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Edição da Renascença Portuguesa, Capítulo XIX, p.140-145. “Como quer que em todalas cousas, muito Excellente Principe, eu tomaria por mais proveyto e moor segurança pera mym, antes vos obedecer e servir, que aconselhar: muyto mais e de melhor vontade o faria neste fecto, em que a determinação, segundo vejo, vay jaa diante do Conselho: o que, nos semelhantes fectos e que tanto revelam, nam devia asy de ser; porque neste negocio, pella casa que jaa tem fecta em vossa vontade, certo he, que quem vos nelle aconselhar em contradição mais poerá escândalo, que contentamento em vossa alma.” p.140-141.
- ²⁹ Vitorino Magalhães GODINHO. *Op. cit*. p.61.
- ³⁰ Humberto Baquero MORENO. O infante D. Pedro, da Regência a Alfarrobeira. In: *idem. O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra: itinerários e ensaios históricos*. Porto: Universidade Portucalense, 1997, p.22.
- ³¹ Sobre a regência ver: Humberto Baquero MORENO. *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2v, 1979. Acerca dos rumos da expansão ver: Vitorino Magalhães GODINHO. A nação no horizonte – a regência e a ‘República de Portugal’. In: *idem. Portugal: a emergência de uma nação. Op. cit.*, p.65-86. Em relação à ligação político-econômica com o mediterrâneo ver: Filipe Themudo BARATA. *Navegação, Comércio e Relações Políticas... Op.cit.*
- ³² Rui de PINA. *Chrónica de El-Rei D. Affonso V*. Escripório, Lisboa: Rutgers University Libraries, Vol. 2, 1901, Capítulo CXXIII, p.104.
- ³³ *Idem*, Capítulo CXXIX, p.117.
- ³⁴ Virgínia RAU. *Estudos de história... Op.cit*. AMARAL, Cláudio de Oliveira. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*. Tese de Doutorado. PPGH-UFF. Niterói, 2008.